

Distensão na dívida externa

EA DÍVIDA externa? Esta é uma das indagações mais freqüentes dentre aqueles que maiores restrições oferecem ao programa de estabilização econômica do Governo Sarney. O programa teria esquecido ou minimizado o problema da dívida externa, não faltando mesmo quem reclamassem — com o claro propósito de confundir — a complementação das medidas de choque com a decretação unilateral da moratória pelo Brasil.

NO ENTANTO os benefícios da reforma para a administração do nosso endividamento externo são de uma evidência fora de qualquer dúvida.

NEM PODERIA ser de outra forma. Uma bem articulada política antiinflacionária que saia da superfície paliativa e vai ao fundo da questão, que se propõe infundir consistência à economia e permitir um desenvolvimento orgânico, saudável e seguro ao País, essa política só poderia obter a melhor receptividade dos nossos credores internacionais e dotá-los de uma nova atitude de confiança em relação ao caso brasileiro.

QUANTO ao FMI, não importa que o Governo brasileiro tenha deixado de consultá-lo sobre as medidas e as intenções do pacote. Importa o resultado pretendido da inflação zero, ontem apenas objeto de nossas promessas e hoje praticamente garantido pelo tratamento de choque contra os preços. Além do mais, a perspectiva que abrimos aos olhos do Fun-

do Monetário é a da desinflação sem recessão, algo bem adiante da receita ortodoxa dessa instituição e tornado viável pelas condições favoráveis da economia interna no momento da grande mudança.

O BRASIL conseguiu a redução do "spread" dos empréstimos, agora no nível suportável de 1,1%, fundamental e justa reivindicação que vínhamos colocando e que representa uma economia de 348 milhões de dólares. A prorrogação da linha de crédito interbancário quando se esgotou o prazo foi uma consequência da nova situação, pois não existe comparação possível entre o ambiente de hoje na comunidade bancária internacional e o de épocas anteriores, em que pareciamos à mercê da catástrofe hiperinflacionária.

SERVINDO à estabilização política do País, ao relaxamento das tensões sociais, à coesão da sociedade, à aproximação entre o Governo e o povo, a reforma econômica por si também tende necessariamente a conquistar a confiança e a adesão do sistema financeiro externo, dispensadas quaisquer formas de pressão ou de monitoramento.

POR OUTRO lado, somos favorecidos nesta hora por várias mudanças dinâmicas da conjuntura econômica internacional. Bastaria citar a redução dos juros nos mercados de câmbio dos países industrializados e a queda dos preços do petróleo. Refletindo a posi-

ção atual da economia americana e do dólar, os juros internacionais declinantes aliviam o peso do serviço da dívida para o Brasil, abrangendo tanto os nossos débitos nos Estados Unidos como na Europa.

EMBORA presentemente importemos apenas 40 por cento das necessidades internas de petróleo, o desabamento das cotações do produto trabalha duplamente em favor da nossa balança de comércio (a conta menor das importações e a maior disponibilidade de recursos dos compradores dos nossos bens) e portanto nos aumenta o cacife para o pagamento pontual dos encargos da dívida externa.

ESSA é a visão realista do endividamento brasileiro nesta altura dos acontecimentos. Nem o otimismo precipitado e vago de achar que não mais subsistem problemas a enfrentar ou equacionar, nem a idéia de que a resistência do FMI e dos bancos privados em nada mudou substancialmente. Na verdade os credores estão mudando de atitude e os fatores conjunturais passaram a jogar do nosso lado.

O GOVERNADOR Leonel Brizola entende que é mau sinal para o País e para o povo brasileiro a boa vontade dos credores internacionais diante da reforma econômica. Mas se trata, claramente, de um juízo isolado que tem pouco a ver com a análise séria da administração da dívida externa e muito a ver com o turvo universo da patologia política.